



PLANO DE GOVERNO

"COLIGAÇÃO POR UMA NOVA CARAÚBAS"





PLANO DE GOVERNO

DO CANDIDATO A PREFEITO

ANTONIO ALVES DA SILVA

(Juninho Alves)

VICE-PREFEITO

PAULO DE PAIVA BRASIL

ANO 2016

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um Caminho para o desenvolvimento...

- PROPOSTAS ESTRATÉGICAS -

Sumário

- I. MENSAGEM DOS CANDIDATOS
- II. CONCEPÇÃO DE GOVERNO
- III. OBJETIVO
- IV. PLATAFORMA DO NOVO GOVERNO
- V. ESTRATÉGIA OPERACIONAL
- VI. CONSTRUÇÃO DA NOVA CARAÚBAS - Princípios
 - 1. GOVERNANÇA
 - 1.1. Participação Social
 - 1.2. Transparência Administrativa
 - 1.3. Busca de Resultados
 - 1.4. Promoção da Conexão
 - 2. SOCIAL
 - 2.1. Promoção da Qualidade de Vida
 - 2.2. Responsabilidade Social
 - 2.3. Promoção da Cidadania
 - 3. ECONÔMICA
 - 3.1. Parceria e Inovação
 - 3.2. Arranjos Produtivos e Organizacionais
 - 4. AMBIENTAL
 - 4.1. Promoção do Desenvolvimento Sustentável
- VII. PROPOSTAS DE AÇÃO DE GOVERNO
- VIII. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS
- IX. ANEXOS

I. MENSAGEM DOS CANDIDATOS

AOS NOSSOS CONTRERRÂNEOS;

CIDADÃOS E CIDADÃS CARAUBENSES



inovadora”

“Com a graça de Deus e a vontade dos nossos contrerrâneos, queremos trabalhar para construir um novo ciclo e uma nova identidade para a nossa Caraúbas, tornando-a mais humanizada, democrática e

Jr. Alves e Paulo Brasil

Este documento é resultado de um intenso debate, que teve início seus registros no mês de maio de 2016, quando decidimos de fato que iríamos atender aos reclames e apelos que grande parte da nossa população, que de diversas formas já vinha manifestando o seu desejo de que pudéssemos chancelar uma nova frente política com o objetivo de apresentar uma nova alternativa de governo para o nosso município.

“Uma nova Caraúbas”. Essa foi a resposta que apresentamos ao apelo que nos vem sendo feito ao longo destes últimos três anos por segmentos e parcela significativa da nossa população, sobretudo aquela que mais vem sofrendo com os desatinos do atual governo instalado nos últimos dois mandatos em nosso município.

Chegada a fase de apresentarmos formalmente a nossa resposta, estamos dando forma com a apresentação e oficialização deste projeto que aqui traduzimos no **Plano de Governo “ Gestão Democrática - Um caminho para o desenvolvimento”**. O plano de governo que aqui apresentamos, traduz o sentimento e a visão dos mais simples aos mais notáveis dos Caraubenses, pois ele é o somatório da escuta de vários debates massivamente divulgado e realizados, nos últimos meses, em espaços livres e democráticos nas chamadas RODAS DE CONVERSAS que realizamos em todos os bairros e nas principais

Comunidades Rurais do nosso município, além das sugestões, propostas advindas das redes sociais, de técnicos e nos reclames escutados nas emissoras de rádios da nossa cidade. Todas estas contribuições foram avaliadas e decididas sua inclusão neste documento através de um grande fórum democrático que oportunizamos através do Seminário de Planejamento das Ações de Governo - SEPAG, realizado no dia 30 de julho de 2016 com a participação de mais de 250 colaboradores.

De forma que não temos dúvida em afirmar, este PLANO DE GOVERNO é uma das riquezas da nossa campanha eleitoral, pois ele foi formulado por gente que quer participar, que quer falar, contar seus problemas, indicar soluções e apontar caminhos. E é nessa riqueza que iremos fundamentar o nosso futuro governo. Ele será a base para a gestão de nossa Caraúbas nos próximos quatro anos. Reiteramos neste documento o nosso verdadeiro compromisso. Reforçamos aqui nossas estratégias e caminhos para o desenvolvimento que almejamos para nossa cidade.

Caraúbas precisa de rumo e futuro assegurado. Por isso, hoje, mais do que nunca, nossa cidade precisa de uma estratégia para enfrentar os desafios da situação de pobreza, desemprego, violência que nos ronda, e nos torna dependente exclusivamente das políticas de desenvolvimento dos governos estadual e federal. Caraúbas pela sua posição geograficamente estratégica e inserida no cenário acadêmico, tem como estar posicionada no **patamar** das principais cidades inovadoras e criativas do nosso estado desde que saibamos através de incentivos e instrumentos de fomento do poder municipal, redefinir o perfil econômico da nossa cidade nas próximas décadas.

Reconhecemos e reiteramos que o Plano de Governo 2017-2020 para a nossa Caraúbas aqui apresentado exigirá todos os nossos esforços. Esforços que estamos dispostos a fazer e que será a vitória dos que ainda se permitem sonhar com uma cidade segura, com serviços públicos de qualidade e justiça social. Das crianças, jovens, homens, mulheres e idosos que se permitem sonhar com uma NOVA CARAÚBAS.

Jr. Alves e Paulo Brasil
Candidatos a Prefeito e Vice – Coligação “Por Uma NOVA CARAÚBAS”

II. CONCEPÇÃO DE GOVERNO

O desafio de construirmos uma NOVA CARAÚBAS passa necessariamente pelo enfrentamento e superação do modelo de gestão que vem sendo praticada em nosso município, sobretudo nas últimas duas gestões em curso, fundada num modelo de atraso, centralismo e de interesses pessoais sobrepondo-se ao da coletividade.

A superação deste modelo alienante e antiprogressista em vigência só terá sua reversão a partir de um novo modelo de gestão baseado na participação da sociedade. Estamos dando o primeiro passo nessa direção à medida em que estamos buscando construir uma proposta de gestão democrática e participativa, na busca de um novo caminho para o desenvolvimento. Exemplo disso foi este PLANO DE GOVERNO, construído com base na escuta de nossa população.

Porém esse objetivo só poderemos alcançar se houver uma cooperação sistemática entre sociedade civil e governos fundada em uma nova concepção de governabilidade que tem na governança o fio condutor de governos que formulam, decidem e executam ouvindo e contando com a colaboração da sociedade civil, entendida como aquela parcela organizada de da população.

Um novo governo para a nossa Caraúbas “afinado” com esta concepção de gestão do poder público, necessariamente deverá afirmar em seu PLANO DE GOVERNO o compromisso com a instituição de mecanismo legais que permitam a perfeita parceria entre governo e sociedade civil em ações relacionadas à problemática de saúde, segurança, educação, saneamento básico, geração de emprego e renda, cultura e meio ambiente. Só numa decisão de governo de buscar trabalhar com ações conjunta entre Prefeitura e Sociedade civil poderemos enfrentar os grandes problemas relacionados à busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental tão necessária para retirar a nossa CARAÚBAS desse atraso. A participação será a nossa concepção.

III. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo:

- Apresentar as ações assumidas como compromisso para um futuro governo, apontando suas diretrizes, princípios e estratégias para sua execução numa perspectiva da construção de uma nova gestão, denominada “NOVA CARAÚBAS”, que contemple soluções para os problemas da população a ser trabalhado de forma democrática e visando garantir o desenvolvimento integrado e sustentável, para o nosso município.

IV. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A busca comprometida para consolidar as ações deste Plano de Governo, nos remete a assumir a adoção de quatro estratégias básicas:

1. Constituição do **COMPEG** – “Comitê Permanente Estratégico de Planejamento e Gestão”, coordenado pela Secretária de Planejamento integrado pelos demais Secretários das diversas pastas do Governo para planejar e propor soluções para os problemas da cidade/município.
2. Implantar o Projeto “**Zoneamento da Cidade**” para identificação dos problemas em cada bairro e ordenar por temas e prioridades.
3. Atuar de forma integrada com a população na solução dos problemas através do Projeto “**Prefeitura Itinerante**”, visando atender as necessidades população em cada bairro e Comunidade Rural segundo suas prioridades, e
4. Instituir o **DERIN (ou DRI)** - Departamento de Relacionamento Institucional – que assumirá o papel de trabalhar as relações institucionais e de articulação política responsável e harmônica com a Câmara Municipal, e outros poderes, na discussão e enfrentamento das novas medidas a serem implementadas pela nova gestão.

V. PLATAFORMA DO NOVO GOVERNO

Governar sem base e sem planejamento é submeter o governo a erros e fracassos que o tornam sem credibilidade e, portanto, ao aprofundamento das dificuldades em que já se encontram submetida a nossa população justamente em decorrência destes atos impensados e por que não os classifica-los de irresponsáveis cometidos por atores políticos que se reveste do papel de gestores, sem antes pensar, projetar e planejar os seus atos.

Diante das incertezas que são enormes, causadas pela velocidade das transformações que hoje o mundo enfrenta, é imperiosa a necessidade que os governantes têm de instaurarem uma nova forma de gerenciar a coisa pública. Governar pelas políticas públicas, em substituição ao de governar pelas leis, entendemos ser este o caminho a ser buscado para que qualquer governante possa responder de maneira mais efetiva e rápida as demandas e necessidades sociais que lhes são apresentadas.

Esta forma moderna de gerenciar, só brota da disposição e do respeito ao diálogo e a participação. Por tal razão optamos por elaborar o nosso Plano de Governo, a partir das contribuições recebidas dos mais variados segmentos e setores do nosso município, e está fundamentado com muita clareza em quatros **Eixos basilares**, quais sejam:

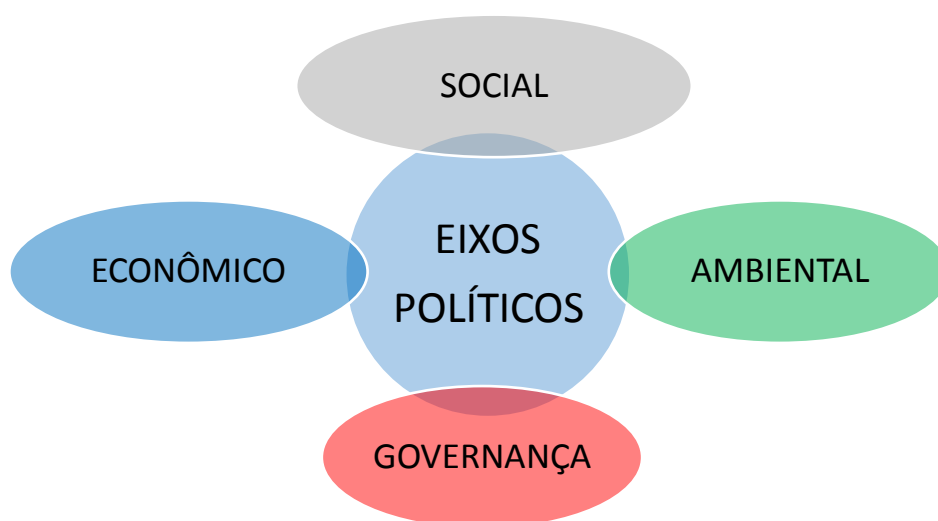


Figura1

Essa denominação de Eixos, traduz o sentido de que o nosso governo vai estar sustentado, centrado numa estrutura sólida e bem construída a partir do sentimento, externado pela escuta que fizemos para a sua elaboração, focado na realidade do nosso povo, quebrando aquela velha prática da apresentação de planos feito sob encomenda através de escritórios e técnicos distantes e desconhecedores da verdadeira realidade do município.

Os Quatro eixos propostos, contempla em sua dimensão todas as propostas apresentadas e amparados por princípios que darão base para a realização de um governo antenado com a vontade e a necessidade do nosso povo, na busca da construção de um governo com caráter democrático e com sustentabilidade, isto é, de respeito ao seu povo e de promoção do desenvolvimento sustentável.

VI. CONSTRUÇÃO DA NOVA CARAÚBAS – Princípios

1. PRINCIPIOS DA GOVERNANÇA



Figura 2

1.1. Participação Social

Dentre os entes federados é o município o espaço mais privilegiado para a construção de uma “gestão participativa”, considerando duas condições básicas:

- Pela condição estabelecida pela Constituição 1988, que o elevou a condição de ente federado – o qual a partir deste dispositivo passou a assumir prerrogativas determinantes a exemplo do estado e da união. Ex. passou a ter leis próprias (Lei Orgânica, etc..).
- Por ser o espaço mais legítimo e próximo do cidadão para com o governo que ele constitui, é onde está gerado o seu sentimento de pertencimento. É no município onde a vida do cidadão acontece, os problemas se apresentam, etc.

Incentivar a participação do cidadão, das organizações sociais, gerando assim uma rede de informação, elaboração, implantação e avaliação das decisões políticas no âmbito local, tem sido uma prática que vem ganhando força e legitimidade no sentido de direcionar as políticas para o atendimento das demandas da sociedade, já adotado por alguns – ainda que poucos, municípios brasileiros.

A participação social que aqui nos referimos e a que nos propomos adotar em nosso futuro governo, não se limita ao período de campanhas eleitorais, restringindo-se ao direito de escolha dos seus representantes políticos (votar), típico do atual modelo de democracia assegurado pela nossa constituição. Para o nosso município esse modelo de participação não é mais suficiente diante a dinamicidade, anseios e necessidades da população.

Para ilustrar o nosso compromisso no tocante a este aspecto, podemos respaldar o nosso pensamento no que disse Norberto Bobbio (filósofo e político italiano, 2004) quando cita: *“Para se medir o índice de desenvolvimento de uma democracia, não se deve considerar o número de pessoas que tem o direito de votar, mas o número de instancias onde eles podem exercer o direito do voto”*.

Com base nesse novo modelo de gestão, queremos implantar, seguindo o mesmo raciocínio do filósofo já citado, uma **gestão de perspectiva de boa**

governança. Queremos fazer diferente. Queremos que a população participe. Que seja uma participação efetiva, permanente, exercida visando acompanhar e cobrar qualidade nos serviços público (hoje de má qualidade), nas decisões dos investimentos públicos e na construção dos espaços de formulação das nossas políticas públicas (Audiências, Conselhos, Câmara, outros...).

Porém temos a consciência de que não gozamos de condições plenas e de uma cultura já concebida para este modelo que nos propomos a implantar. Neste sentido temos clareza que o nosso grande desafio será justamente promover a democratização da máquina administrativa por meio da execução das políticas públicas com a participação social em um ambiente de escassa infraestrutura e uma cultura de participação desmotivada. Contudo, trabalharemos com a clareza de que o mais importante, porém, não está apenas na decisão em si, mais na forma como ela se dará. O objetivo final não será visto como o mais importante nesse processo, mais os meios de construção da vontade coletiva que buscaremos estabelecer para chegarmos a sua conclusão.

1.2. Transparência Administrativa

A proposta de uma Gestão Democrática, está estritamente vinculado ao fortalecimento da democracia que necessariamente passa pela transparência na gestão pública. Permite ao cidadão exercer o seu direito de acesso a informação e avaliar se as ações praticadas pelos seus representantes estão de fato sendo trabalhadas em prol do interesse da coletividade.

A Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, conhecida com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o propósito de tornar esse princípio uma prática corrente da gestão pública, foi aperfeiçoada pela Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009 a chamada Lei da Transparência.

De modo que, caberá aos futuros prefeitos, portanto o desafio e a obrigação legal de promover a construção de uma gestão municipal transparente, na qual o acesso a informação seja tratado como de fato é, um direito legal assegurado ao cidadão. Caberá ao gestor municipal promove-la de forma tempestiva, confiável e compreensível.

Pautado nesta compreensão, Caraúbas terá em nosso futuro governo uma gestão que irá se contrapor ao atual modelo do “cheque em branco”, onde a população elege como se estivesse passando um cheque em branco para o gestor usar e fazer sem constrangimento tudo como quiser e somente aguardar cobrança e julgamento na próxima eleição.

Neste sentido iremos pautar a nossa administração no respeito e na observância dos instrumentos legais, como a legislação acima mencionada, paralelamente criando as condições favoráveis de estímulo ao surgimento dos instrumentos de controle e participação social, procurando assim consolidar o nosso propósito da gestão da boa governança.

1.3. Busca de Resultados

O terceiro princípio que estabelecemos para o nosso trabalho de governança, foi a busca por resultados. Mais do que o zelo e o bom tratamento com o dinheiro público, a população que é a verdadeira dona desse patrimônio, espera e quer dos governantes a competência e o seu compromisso em dar bons resultados, que nada mais é do que concretizar ações e projetos que resulte na melhoria da qualidade de vida da nossa cidade, do município como um todo.

Neste sentido é dever do gestor trabalhar para aperfeiçoar, tornar eficaz a máquina pública. Caraúbas é um município centenário, e em 2018 celebrará o seu sesquicentenário, isto é, seus 150 anos de emancipação política. Evidentemente nesta sua longa trajetória histórica muitos sonhos e sonhadores, sobretudo os gestores que até aqui passaram, de uma forma ou de outra moldaram e procuraram contribuir numa perspectiva de fazer avançar o nosso município, porém muitos não tiveram a expertise de procurar encontrar os caminhos mais viáveis para em primeiro lugar entender que resultado seria o desejado pela população e em segundo lugar procurarem construir os instrumentos de gestão necessários para alcançarem, e o resultado geral computado até aqui apresenta mais atrasos do que avanços, mais perdas do que conquistas. Tanto é verdadeiro que escutamos de muitos dos nossos conterrâneos a enfática afirmação “ Caraúbas é a cidade do já teve”. Isso não é bom, nem o que queremos para o nosso município.

O compromisso que aqui celebramos com este Plano de Governo para o enfrentamento desta realidade será o de instrumentalizar a nossa máquina administrativa com ferramentas que nos permita gerar bons resultados e com o máximo de eficiência. Uma das ferramentas principal para esta nova forma de governar será a implantação da “Gestão Orientada para Resultados” – GEOR. Esta ferramenta implica numa nova dinâmica, um novo jeito do gestor governar interagindo com a comunidade no tocante a priorização e aplicação dos recursos públicos.

O desafio vai exigir do Prefeito e seu Secretariado um maior empenho, dedicação exclusiva na implementação das inovações necessárias, focada numa melhor formulação e acompanhamento do Ciclo de Gestão dos Gastos Públicos: Diagnóstico, Planejamento, Execução, Monitoramento, Avaliação e Revisão.

CICLO DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS



Figura 3

A implementação e aplicabilidade deste instrumento de gestão deve ser trabalhado e entendido como um processo novo que se dará em nosso

município, portanto não como algo pronto e acabado, mais sim de implementação gradativa e numa perspectiva de se transformar num processo contínuo de aperfeiçoamento da gestão do gasto público cujo objetivo principal será a capacidade de formulação e execução de políticas públicas de maior eficácia e transparência otimizando a aplicação do recurso público.

A sua implementação se dará em quatro fases interligadas e contínuas, a saber:

Etapa I – Diagnóstico e Planejamento

- ✓ Através de um processo de auditoria e da elaboração do PPA – Plano Plurianual e do Orçamento Anual

Etapa II – Execução

- ✓ Através das Secretarias e órgão correlatos, no cumprimento da realização dos Programas, Projetos e Ações do Governo Municipal

Etapa III – Monitoramento

- ✓ Através de Relatórios de cumprimento das metas pactuadas

Etapa IV – Avaliação e Revisão

- ✓ Avaliação dos Resultados alcançados nos Programas, Projetos e Ações Municipais cuja avaliação será por meio das equipes executoras e dos fóruns específicos

2. PRINCÍPIOS PARA O SOCIAL



Tripé da Sustentabilidade

Figura 4

2.1. Responsabilidade Social

Os municípios brasileiros, passaram por uma transformação a partir da Constituição de 1988 no sentido de que o elevou a categoria de ente federado, em contrapartida atribuiu-lhes novos papéis e funções, sobretudo no tocante a execução das políticas públicas ditadas pela União e Estados.

Com essa nova função recaiu com intensidade sobre os municípios um grau acentuado de responsabilidade social, que até aqui, em que pese os esforços desprendidos pelos municípios no campo das políticas sociais (saúde, educação, assistência social, etc....) apenas a ação do poder público não tem se mostrado suficientes para responderem a tamanha responsabilidade.

O caminho a nosso ver, apontado como reforço necessário a esta ação do poder público está na prefeitura oportunizar a participação da população, incentivar envolvimento da sociedade no ato de pensar, propor e até executar e fiscalizar as políticas públicas de que o município carece.

Nesta percepção, a prefeitura sem se furtar de assumir o seu papel, deve atrair os setores da sociedade que não tem a exemplo do município prerrogativas

estabelecidas por lei, mais que tem por natureza social um papel importantíssimo a desempenhar que contribuirá em larga escala com a reversão e solução de grande parte dos problemas sociais fincados no âmbito do município, bastando para tal estes setores cumprirem com a sua responsabilidade social.

A Prefeitura deve incentivar e convocar estes segmentos para as chamadas PPP - Parceria Público Privada e com base na Lei Federal Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, o município instituir a sua própria legislação que ampare e estimule esta parceria. A PPP deve teve seu foco ampliado que não limitado aos problemas clássicos, mais criar condições favoráveis para o setor empresarial no âmbito das microempresas, e dos pequenos negócios, com planejamento de integração das ações de incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Em contrapartida a iniciativa privada assume o compromisso de uma mudança de mentalidade no campo empresarial que leve em conta:

- a) A adoção de novas posturas com o objetivo de gerar o espírito de EMPRESA CIDADÃ, aquela que incorpora o sentido de responsabilidade social e não exclusivamente de obtenção do lucro pela exploração do capital, mais que trabalha pela melhoria da qualidade de vida de toda comunidade;
- b) A busca da gestão eficiente, baseada nas relações éticas, transparente com todos os públicos que a ela se relaciona visando a inclusão e a redução das desigualdades sociais reinantes;
- c) O compromisso com a preservação e uso dos recursos naturais visando colaborar com a transformação socioambiental da cidade, a chamada sustentabilidade.

2.2. Qualidade de Vida

Para melhor definir o nosso compromisso com a nossa população no tocante ao quesito QUALIDADE DE VIDA, fizemos questão de analisar e buscar entender com mais precisão o que nos aponta os organismos que trabalham e defendem

esta importante causa, já que de nossa parte temos clareza das razões que nos leva a nos comprometer e inserir este como um dos princípios básicos do nosso futuro governo.

O Grupo de **Qualidade de Vida** da divisão de Saúde Mental da **OMS** definiu **qualidade de vida** como sendo *"a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações"* (WHOQOL GROUP, 1994).

Partindo desse princípio, nos aliamos a esta causa, compreendendo que no trato desta questão temos que entender com clareza os conceitos de natureza subjetiva e objetiva a que ela nos remete.

- Qualidade de vida de natureza **subjetiva** – Se referem a percepção e busca de bem-estar que cada pessoa tem da sua própria vida, relacionamentos agradáveis, felicidade e satisfação pessoal, ou seja, é o estágio em que se refere aos seus próprios interesses, da sua própria vida, seu círculo de relacionamento familiar e com a comunidade.
- Qualidade de vida de natureza **objetiva** – quando nossa percepção nos remete as questões que extrapolam nossos interesses pessoais, relacionados as condições socioeconômicas, acesso ao mercado de trabalho, a disponibilidade de bens e serviços público de qualidade, em especial de educação, saúde, segurança, dentre outros.

O nosso futuro governo, irá buscar desenvolver políticas que impactem positivamente na Qualidade de Vida da nossa população, principalmente aquelas faixas da nossa população que mais são afetadas atualmente com a deficiência das nossas políticas públicas, dentre eles a juventude e a terceira idade para as quais reservaremos algumas considerações a parte neste nosso projeto de governo. Isso não significa que nosso compromisso esteja restrito a esses dois estratos sociais, pois buscaremos construir uma NOVA CARAÚBAS que assegure melhoria na qualidade de vida para todos os que nela habitam, trabalham e constroem com o seu suor o nosso desenvolvimento.

Compromisso com a Juventude

Segundo estudos da UNESCO a Juventude está inserida na faixa etária entre os 15 e 24 anos podendo pela nova conceituação defendida no âmbito das organizações sociais se estender até os 29 anos. É a fase da vida na qual ocorre a formação desse indivíduo para se tornarem adultos produtivos e capazes de constituir novas famílias. Por outro lado, é vista também são vistos também como fase “problema” quando são associados a esta parcela, atitudes indesejáveis (delinquência, uso de drogas, comportamento de risco...) que divergem dos padrões sociais aceitáveis face aos quais leva a sociedade adotarem medidas muitas vezes coercitivas e de enfrentamento.

É neste contexto paradoxal que se insere o desafio dos futuros gestores, em particular do nosso futuro governo em nossa Caraúbas. Nosso compromisso com a Juventude começará bem antes, iniciará pela infância, passando pela adolescência chegando a esta geração com um novo olhar traduzido nas ações de governo que nos propomos desenvolver. Investimento para melhoria da educação, políticas que oportunizem a prática diárias de esporte, acesso as mais diversas formas de manifestações culturais, e o auxílio na formação do jovem para inseri-lo no mercado de trabalho, serão algumas das nossas ações de governo que adotaremos com vistas a responder as necessidades do presente, e ao mesmo tempo criar as condições para que se projetem bases para um futuro melhor para juventude em nosso município.

Compromisso com a Terceira Idade

Como mencionamos a terceira idade a exemplo da juventude são os dois extratos sociais que mais carecem de um olhar político e pedagógico para se alcançar em nosso coletivo social a qualidade de vida que merecemos. Isso não significa que o olhar do nosso futuro governo se restrinja a esses dois estratos, mais seguramente serão alvo de uma atenção que nos atribuiu a própria Constituição Federal de 1988.

Atualmente, 19 milhões de brasileiros possuem mais de 60 anos. A nossa pirâmide social aponta que em 2025 teremos em torno de 64 milhões e que chegaremos a 2050 com 1/3 da nossa população composta por essa notável parcela de brasileiros inserida na chamada terceira idade.

Pesquisa acerca da “Longevidade no Brasil” realizada em 2009 realizada pelo Instituto Data Popular, encomendada pela Bradesco Vida e Previdência atestou que a maioria dos idosos entrevistados afirmaram sentirem-se desrespeitados em nosso país.

Sabemos que reverter e propiciar a esta notável parcela da população em nosso município a atenção e o respeito traduzido em qualidade de vida, de que são merecedores não é somente um dever nosso enquanto futuro gestor, mais também um desafio que assumimos como um compromisso de por meio de ações, projetos que iremos desenvolver oferecer meios e oportunidades saudáveis para que a terceira idade em nosso município tenham condições de bem viver, carreando melhoria na sua autoestima, saúde e bem-estar social no seio de sua família e meio a comunidade e bairro onde habita.

2.3. Promoção da Cidadania

O termo *cidadania* tem origem etimológica no latim *civitas*, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada – um país – e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição. Ao contrário dos direitos humanos – que tendem à universalidade dos direitos do *ser humano* na sua dignidade –, a cidadania moderna, embora influenciada por aquelas concepções mais antigas, possui um caráter próprio e possui duas categorias: formal e substantiva.

A cidadania formal é, conforme o direito internacional, indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-Nação, por exemplo, uma pessoa portadora da cidadania brasileira. Já a cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais, adquire sentido mais amplo. Essa última forma de cidadania é a que nos interessa e de que trataremos como princípio para o nosso futuro governo.

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas.

T. H. Marshall afirma que a cidadania só é plena se dotada de todos os três tipos de direito:

1. Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça; que foi instituída no século 18;
2. Política: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública, constituída no século 19;
3. Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevaletentes na sociedade, que são conquistas do século 20

O desafio do nosso futuro governo é transformar o discurso que assumimos nos espaços em que ouvimos e discutimos com o nosso povo, em políticas e programas que deem possibilidades reais da nossa população construção da cidadania plena.

Neste sentido precisamos trabalhar políticas afirmativas, no sentido de garantir aos indivíduos não apenas assistência no atendimento de suas necessidades e direitos básicos (alimentação, saúde, educação, etc....), mas sobretudo assegurar ferramentas, capacitação e oportunidade de acessar bens e permanecer no uso dos mesmos, como diz o adágio popular “melhor que dar o peixe, é ensinar a pescar”.

Precisamos destacar nosso compromisso de implementar os nossos projetos com um olhar voltado para a inclusão. Na nossa visão estas políticas só terão sentido se oportunizar em pé de igualdade sujeitos como negros, mulheres, portadores de necessidades especiais, pobres, que historicamente enfrentaram e ainda enfrentam obstáculos no acesso aos bens e recursos colocados em forma de serviços públicos para a população.

A cidadania que estamos comprometidos passa pelo resgate e construção de novos valores. Esses não são natos, nem absorvidos sem um processo educativo de construção. Iremos contribuir nesta construção através de projetos educativos que versem sobre temáticas como: Direitos da Mulher, preconceito racial, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei, promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência, são questões que serão tratadas

e trabalhadas em nossas ações de governo, visando contribuir para o alcance da cidadania que aqui defendemos.

3. PRINCIPIOS PARA A POLÍTICA ECONÔMICA

Os Pilares do Desenvolvimento Econômico



Figura 5

3.1. Parceria e Inovação

3.1.1 - Parcerias

Os últimos anos têm sido marcados por um aumento da colaboração entre setor público e o privado para o desenvolvimento e operação de infraestruturas para um leque alargado de atividades econômicas. Assim os acordos das parcerias público-privadas (PPP) são guiados por limitações dos fundos públicos para cobrir os investimentos necessários, mas também dos esforços para aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos.

As parcerias podem se constituírem com base numa legislação local como também no formato de arranjos organizacionais que são instrumentos importantes e poderosos de impulsionamento da gestão pública, que sozinha não tem como responder, nem se comportar como absoluto na resolução das diversas demandas sociais que apresentam no âmbito do município.

3.1.2 – Inovação

Na maioria das vezes nos confundimos quando necessitamos classificar o que significa uma atitude ou atividade de inovação. Estamos vivendo uma fase de “empolgações tecnológicas”, o que nem sempre pode ser considerado como a inovação de que necessitamos. Muitas vezes acaba gerando a subestimação do capital humano, a dificuldade de criar verdadeiramente, o comodismo de pensamento de deixar de usar conhecimento relevante, que acaba por gerar a falta de resultados e a perda de foco. A inovação que defendemos para a nossa futura gestão não é apenas de substituição do usual pelo moderno, mais aquela que venha nos permitir fazer mais com menos recursos, que venha permitir ganhos em processos operacionais, que venha tornar a nossa máquina administrativa mais eficiente.

Quando a inovação faz parte da estratégia do governo, as ações de inovar tornam-se um desafio, mas que não deve ser encarado como um problema, e sim como uma alternativa no somatório de esforço para possibilitar respostas as demandas sociais que se apresentam no âmbito do município.

Grande parte da ineficiência e ineficácia atribuída a gestão pública é devido a falta de integração deste com a sociedade e na manutenção de estruturas organizacionais inadequadas que inviabiliza qualquer esforço na busca das soluções a que lhes cabe encontrar. O desafio para a inovação que necessitamos passa por colocar em prática os planos de desenvolvimentos elaborados em conjunto, uma nova reengenharia administrativa, reciclar o funcionalismo municipal e criar uma nova cultura de relacionamento entre o governo e a iniciativa privada e do governo para com a sociedade.

3.2. Arranjos Produtivos e Organizacionais

O nosso futuro governo vai trabalhar incentivando o surgimento de arranjos produtivos e organizacionais por entender que não é função exclusiva do município cuidar sozinho de todas as demandas sociais que nos serão apresentadas.

Com base nesta compreensão responsável e não ilusória, vislumbramos nesta nova forma de gestão uma ferramenta que nos ajude a encontrar respostas que

nem sempre o estado governamental diante a sua ineficiência consegue responder naquilo que é o seu dever nato, garantir a população o seu bem-estar social.

Frente a essa condição, iremos estimular o surgimento de Arranjos Produtivos Locais -APL – que são aglomerações de empresas localizadas no município que apresentam potencialidade produtiva e aceitem manter vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações, instituições de crédito, ensino e pesquisa, buscando um interesse comum, o desenvolvimento sustentável nas diversas dimensões econômica, social, ambiental e política do nosso município.

Estes arranjos têm possibilitados aos pequenos municípios em especial, agirem em parceria alcançando ganhos nos seus resultados, melhoria na sua capacidade operacional nos seus aspectos técnicos, gerencial e financeiro.

O nosso governo irá manter um diálogo permanente com vista a formar parcerias, através de Consórcios públicos, autarquias, ONG`s, Cooperativas, entidades de representação classista, empresas incentivando e adotados mecanismos legítimos de celebração destas parcerias para que possamos ampliar a ofertas dos serviços públicos, e a melhoria na qualidade destes.

4. PRINCÍPIOS FRENTE A QUESTÃO AMBIENTAL

Os 05 P's da Sustentabilidade



Figura 6

4.1. Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Administrar o município com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável, será senão um dos mais firmes dos desafios, ao mesmo tempo uma das mais nobres contribuições que poderemos oferecer a nossa municipalidade. Porque falo isso. Basta compreender a definição do que venha a ser desenvolvimento sustentável.

"O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades". Esta definição como conceito de desenvolvimento sustentável foi reconhecida internacionalmente em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia. A comunidade internacional adotou a ideia de que o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, até então tratados como questões separadas, podem ser geridos de uma forma mutuamente benéfica

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Ele implica possibilitar às pessoas, agora e no futuro, atingir um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização

humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Veja que não é algo fácil, porém trata-se de algo necessário e possível. O desenvolvimento sustentável requer planejamento e o reconhecimento de que os recursos são finitos. Ele não deve ser confundido com crescimento econômico, pois este, em princípio, depende do consumo crescente de energia e recursos naturais.

Duas são as razões que nos leva assumir o compromisso de governar em prol da sustentabilidade:

1. Ter essa concepção como basilar - a base para o planejamento estratégico de todas as demais ações a serem desenvolvidas pela prefeitura, não apenas pela noção de preservação ambiental em favor das futuras gerações, mas também por uma questão de inteligência e uso racional dos recursos de que dispomos;
2. Inovação no jeito de governar – sabedor que somos de que o simples desenvolvimento e crescimento das cidades, baseados na produção industrial e agropecuária ostensiva não tem dado a população progresso com melhores condições de vida, pelo contrário, tem sido apontada por estudos como sendo a causa principal, responsável em gerar inúmeros problemas sociais e ambientais tais como: aumento das desigualdades sociais (pobreza), poluição dos nossos rios e do ar, dos problemas de saúde, e o aumento da violência no campo e na cidade.

Em suma, a maioria dos desafios que as Prefeituras enfrentam hoje, é decorrente desse modelo tradicional, que estimula o crescimento econômico ao invés do desenvolvimento sustentável.

Nossa missão, portanto, será o de promover o desenvolvimento sustentável como mecanismo que estimule o desenvolvimento do município com a compreensão do valor e da importância da preservação dos recursos naturais, promoção da equidade social e da qualidade de vida e o incentivo ao desenvolvimento econômico a partir dos recursos e das potencialidades locais.

VII. PROPOSTAS DE AÇÃO DE GOVERNO



1. TEMÁTICA: ÀREA DE GOVERNANÇA

“Estimular e apoiar a participação social, na perspectiva de criar uma nova identidade política para o nosso município” *Jr. Alves e Paulo Brasil*

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL – Direito de Todos a uma

Gestão Democrática



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS DE GOVERNO
01	MESA DE NEGOCIAÇÃO - Constituição de uma mesa permanente de negociação com os servidores e seus respectivos representantes;
02	Fortalecimento dos CONSELHOS MUNICIPAIS apoiando, capacitando e colocando em funcionamento a Casa dos Conselhos;
03	Realização do PPA – Plano Plurianual e do Orçamento Participativo (anual);
04	Apoiar os Fóruns permanentes, as Conferências e Audiências Públicas de sua competência;

05	Criação da OUIDORIA PÚBLICA Municipal que contemple todos os órgãos;
06	Criação da COMISSÃO DE ÉTICA GOVERNAMENTAL permanente com competência para atuar na avaliação da conduta no âmbito da gestão junto aos agentes e servidores públicos.
07	Apoio a luta dos Movimentos Comunitários por meio da organização dos Conselhos Comunitários e Associações Comunitárias.

A



NOVA CARAÚBAS PROPÕE:

1.2. TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

“Gestão Transparente - retribuindo a confiança do Cidadão”



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA
01	Constituição do “Comitê Permanente Estratégico de Planejamento e Gestão” - COMPEG, coordenado pela Secretaria de Planejamento integrado pelos demais Secretários das diversas pastas do Governo.
02	Projeto “ PREFEITURA ITINERANTE ” - visando atender as necessidades população cada bairro e Comunidade Rural segundo suas prioridades.
03	Instituir o DERIN (ou DRI) - Departamento de Relacionamento Institucional – que assumirá o papel de trabalhar as relações institucionais e de articulação política responsável e harmônica com a Câmara Municipal, e outros poderes, na discussão e enfrentamento das novas medidas a serem implementadas pela nova gestão, ligado ao Gabinete do Prefeito.
04	Manter atualizado o PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do Município;
05	Promover a capacitação de servidores para implementação da LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO ;
06	Realização de uma AUDITORIA INTERNA em toda a estrutura administrativa logo no 1º trimestre de atuação do governo.
07	Promover a cultura de acesso a informação junto aos servidores e dirigentes por meio de mecanismos de informações interno e de comunicação com os servidores (informativo, outros).



A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:

1.3. BUSCA DE RESULTADOS – Gestão Eficiente “O Cidadão sente, reconhece e agradece”



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA
01	<i>Implantação da Metodologia de “Gestão Orientada para Resultados” – GEOR</i>
02	<i>Promover uma REENGENHARIA ADMINISTRATIVA – visando a otimização de recursos humanos para a eficiência da máquina administrativa.</i>
03	<i>Criação de um Plano de Metas que garanta a melhoria da qualidade dos serviços em todas as áreas – com a realização de reuniões periódicas;</i>
04	<i>Assegurar um Calendário de Pagamento e a implantação de expedição de contracheque online, como forma de garantir o pagamento dos salários dos Servidores Municipais com pontualidade. O mesmo comportamento será adotado com relação aos fornecedores, conforme suas especificidades.</i>
05	<i>Implantação de tecnologia que torne a prestação de serviços eficaz;</i>
06	<i>Firmar convênio visando promover a qualificação permanente dos agentes públicos e servidores oferecido em parceria com Universidades e demais órgão governamentais.</i>
07	<i>Atualização de CADASTRO DE IMÓVEIS pertencentes ao município</i>
08	<i>Reavaliar e/ou reformular os Planos de Cargos e Carreiras dos servidores (ACS/AE);</i>
09	<i>Realização do CONCURSO PÚBLICO;</i>
10	<i>Buscar ampliar a capacidade de investimento do município, priorizando a condição de adimplência;</i>
11	<i>Implantar o Projeto “IPTU Premiado”.</i>

1. TEMÁTICA: ÀREA SOCIAL

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.1. EDUCAÇÃO – “Com qualidade e Valores cidadã”

“Escolaridade, com qualidade na oferta e valorização dos profissionais” Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	Maior oferta de vagas para alunos da Educação Infantil , com estrutura adequada das escolas, respeitando a idade e quantidade de alunos por sala.
02	Escola de TEMPO INTEGRAL - Implantar a partir do segundo ano da gestão um programa piloto de ensino integral – assegurando o direito à Creche e ao Ensino Fundamental de qualidade, com o fornecimento de no mínimo, 3 refeições diárias , de qualidade, para as crianças, propondo uma ampliação gradativa até o alcance de toda rede em sua plenitude.
03	Potencializar o papel da escola nas campanhas educativas sobre temáticas de segurança, da cidadania, paz social, do meio ambiente, de saúde, de trânsito e outras.
04	Projeto Escola Tecnológica (Escolas com computadores, com acesso à internet), reativando as unidades já existentes.
05	Priorizar o ensino nas escolas rurais e fortalecer as políticas da Educação do Campo .
06	Buscar parcerias para a Iniciação Científica através de um Programa de Integração Municipal , com oferta de bolsas de estudos - para os alunos com melhores rendimentos escolar da rede municipal.
07	Implantar o programa Rede de Educação Compartilhada , articulando Instituições de Ensino Superior (Universidades) e a iniciativa privada (Sistema “S”) e outras empresas, em programas que educação sustentável, firmando parcerias para o atendimento educacional especializado e profissionalizante, como estratégias de combate ao analfabetismo e a evasão escolar.

08	Criar o PROTEM – Programa de Transporte Escolar Municipal - que terá recursos assegurado no OGM (Orçamento Geral do Município) e aportará os recursos oriundos do PETERN (Estado) e do PNATE (União), para custear as demandas existentes no âmbito do município que contemple alunos da Educação Básica, Técnica e Superior.
09	Instituir o Programa NOVA ESCOLA destinado a realizar Doação dos uniformes e Material escolar , assegurando sua qualidade e prazos de entrega.
10	Educação Técnica – em parceria com os governos estadual e federal buscar a criação de uma escola profissionalizante, como estratégia para o combate à evasão escolar e à repetência na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
11	Apoiar a Educação Especial , oferecendo suporte para atendimento dos alunos DM, DV, DA e SR.
12	Promover e apoiar nas escolas o processo de construção ou atualização do seu PPP - Plano Político Pedagógico , de modo que contemple as necessidades, especificidades e decisões da Comunidade Escolar.
B)	
13	Valorização dos profissionais da educação, através do cumprimento do Plano Municipal de Cargos e Carreiras do professor e criação um novo plano para os demais servidores da educação.
14	Priorizar a formação continuada dos profissionais da educação.
15	Criação de um Projeto Qualidade de Vida no Trabalho para o professor em parceria com a Secretaria de Saúde.
16	Instituir o Prêmio Anual de Educação – “ PROFESSOR (A) NOTA 10 ” – para reconhecer do trabalho daqueles profissionais que mais se destacarem, no exercício de sua docência nas categorias a ser estabelecidas.
C)	
17	Firmar parceria com o Governo do Estado para Reativação do Programa de Combate às Drogas (PROERD) .
18	Projeto Escola Social Inclusiva – a comunidade interagindo nos projetos e ações da escola.
19	Recompor o quadro funcional efetivo do município, mediante realização Concurso Público (como critério foi sugerido que neste haja questões subjetivas).
20	Implantação da Gestão Democrática e Participativa nas escolas municipais.
21	Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação - como órgão dinamizador de políticas para educação no ano letivo.
22	Criação de Cursinho Popular Gratuito – com critérios que estabeleça prioridades aos filhos das famílias de baixa renda.

23	Incentivar e Apoiar Parceria da Escola com os Movimentos Sociais: Escotismo, Ordem DeMolay e Filhas de Jó, grupos de jovens e associações comunitárias para realização de atividades e campanhas educativas de difusão bons valores cívicos e sociais.
24	Projeto Biblioteca Itinerante - Ampliação do acervo e de pessoal da biblioteca pública municipal, para a implantação deste projeto.
25	Promover anualmente 02 eventos de caráter educativo como estímulo e incentivo a Comunidade Escolar: 1) Feira de Ciências -das escolas do município em parcerias com as escolas da rede estadual e Universidade 2) Feira do Livro – envolvendo escolas, bibliotecas, Universidade e a iniciativa privada.
26	Em parceria com governos do estado e federal Implantar uma Escola de Informática na modalidade Estação Digital que ofereça cursos de informática, grátis, para a população.
27	Instituir o “ Prêmio ALUNO NOTA 1000 ” – para reconhecer o esforço daqueles estudantes que mais se destacarem, no ano escolar.
D)	
28	Buscar a Construção da Sede da Universidade Aberta do Brasil (UAB) – como agente integrador da formação universitária, parceria com os governos estadual e federal
29	Buscar a Construção de um Complexo Desportivo e Poliesportivo (Ginásio de Esportes) - para as escolas municipais e comunidade, incluindo neste uma piscina destinado a oferta de aula de natação, gratuita, para a população mais carente em especial adolescente e terceira idade.
30	Implantar o Projeto Horta Pedagógica , priorizando as Escolas Rurais
31	Construir a Cozinha Industrial para produção da Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino – iniciando a experiência piloto pelas escolas da Zona Urbana

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.2. SAÚDE - “Com melhor qualidade”

“A má qualidade da nossa saúde, não é uma causa e sim uma consequência, precisamos enxergar e trabalhar para atacar suas causas” Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	Reestruturação e Apoio ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde .
02	Realização de um Estudo integrado entre a Representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Rede Estadual (Hospital) e Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores para conhecimento e reformulação do Plano Municipal de Saúde .
03	Implantar um Modelo de gestão nas UBS - Unidade Básica de Saúde, fundada em estabelecimento de metas, controle anual dos resultados de gestão, baseado em indicadores identificados com a participação do governo, dos trabalhadores em saúde e dos usuários.
04	Buscar parceria, via convênios com o governo federal, estadual para a expansão da rede municipal de atendimento à saúde, de forma coordenada, para os bairros e comunidade mais carentes e Assentamentos
05	Monitorar e avaliar sistematicamente os indicadores do sistema de saúde e um serviço de monitoramento e combate à mortalidade infantil .
06	Firmar parceria para o fortalecimento do Hospital Regional , inclusive sendo um articulador dessa política junto aos demais municípios de atuação do hospital e ao próprio Governo do estado
07	Apoiar e fortalecer as ESF – Equipe de Saúde da Família com a ampliação dos serviços base de prevenção e Prestação de Serviço à população, dotando-as de uma infraestrutura (equipamentos, materiais, exames e medicamentos) que possibilite a um desempenho adequado pelos profissionais em cada órgão/família.
08	Promover um Zoneamento com fins de ampliação da cobertura do PSF - Programa Saúde da Família , priorizando os bairros e comunidades de maior vulnerabilidade, de acordo com os resultados apontados.

09	<i>Criar o Núcleo de Humanização nos Serviços com oferecimento de treinamentos e orientações de tratamento humanizado para com o usuário.</i>
10	<i>Criar políticas públicas integradas para trabalhar com os dependentes químicos (prevenção e recuperação) com formação de profissionais para trabalhar com as famílias no tratamento do uso abusivo de drogas, associando a este trabalho ao PSE- Programa de Saúde na Escola.</i>
B)	PROJETOS FINS
11	<i>Ampliar a Farmácia Básica do Município para melhorar o fornecimento gratuito de medicamentos na rede de saúde à população de baixa renda.</i>
12	<i>Estruturar e monitorar o atendimento odontológico no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas e nas Unidades Básicas de Saúde da cidade e das Comunidade, levando este serviço com a mesma qualidade para as Comunidade Rurais onde não tem UBS através da Unidade Móvel.</i>
13	<i>Elaborar e Implantar um Programa de Atenção Integral à Saúde</i>
14	<i>Implantar o Projeto de Bem com a Vida na Melhor Idade para promover orientação e prática de atividades físicas no âmbito das UBS, como caminhadas, acompanhamento de cardíacos, de hipertensos, entre outros.</i>
15	<i>Criação de um Programa de Marcação Eletrônica de Consultas na rede municipal de atendimento à saúde procurando dar fim às filas.</i>
16	<i>Criar o PRÓ-MULHER - Programa Municipal de Saúde da Mulher, que assegure prioritariamente serviços de mamografia (para mulheres acima de 40 anos), exames preventivo e de ultrassonografia (semestralmente).</i>
17	<i>Projeto de Estruturação das UBS, dotando-as de medicamentos de primeiros atendimentos, disponibilidade de profissionais capacitados (médicos clínico geral e especialistas, técnicos de enfermagem, agentes de saúde), favorecendo a redução da superlotação do Hospital Regional.</i>
18	<i>Apoiar os Programas de Combate à Dengue e outras epidemias e criar uma estratégia para erradicação do mosquito transmissor da dengue, melhorando o suporte técnico da equipe de Agentes de Endemias</i>
B)	
18	<i>Instituir um Programa de Capacitação periódica para os gestores e servidores da Secretaria e das unidades de saúde, objetivando a melhoria da coordenação das ações, e a prestação dos serviços de forma humanizada e com qualidade.</i>

19	<i>Instituir uma Comissão para discutir a implantação da Política de Reajuste Salarial para os profissionais, que se mantém sem um plano de reajuste a mais de 08 anos (considerando ainda que os Agentes de Saúde se encontram com os seus salários defasados)</i>
20	<i>Criação de um Sistema Central de Ambulâncias para atendimento à população urbana e rural priorizando as diferentes regiões do município através de seus Polos Comunitários.</i>
21	<i>Construir Novas UBS - Unidades Básicas de saúde de acordo com o resultado do zoneamento, visando suprir a demanda da população quer seja na Cidade ou na Zona Rural.</i>
22	<i>Reestruturação da Vigilância Sanitária, para fiscalizar e atuar na prevenção de epidemias a partir de constatação das necessidades levantadas e realizar ações preditivas, preventivas e curativas.</i>
23	<i>Dotar o município de 03 equipamentos importantes e necessários para a melhoria do atendimento à Saúde do nosso munícipe, a saber: um Laboratório Público de Análises Clínica, um Centro de Fisioterapia e o Banco de Leite Materno, favorecendo em especial as famílias de baixa renda, cujo funcionamento pode ser instalado no prédio onde funcionava o Centro de Saúde João Marinaldo de Holanda (centro).</i>
24	<i>Lutar junto a Bancada Federal para conseguir recursos e o Governo federal para firmar convenio para construção de uma UPA para a nossa cidade.</i>
25	<i>Garantir de forma permanente o TRANSPORTE GRATUITO dos pacientes que necessitam de tratamento regular (hemodiálise, outros) em Mossoró e Natal.</i>
26	<i>Assegurar aos agentes de Saúde e Endemias a infraestrutura básica para o adequado cumprimento de suas funções (transporte, EPIs, fardamento, material de expediente, etc.)</i>

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.3. ASSISTENCIA SOCIAL - “Como respeito e garantia de direitos sociais”

“A Assistência Social que queremos prestar, não se limitará a dar o peixe, mais também ensinar a pescar. O sujeito deve ser visto como um cidadão e não como um mendicante” Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	Estabelecer estratégias de aperfeiçoamento na política do Sistema Único da Assistência Social - SUAS buscando torna-lo eficiente em toda o município de Caraúbas.
02	Aprimorar o sistema de informações, monitoramento e avaliação da política pública de assistência social e aperfeiçoar o sistema de gestão dos programas de transferência de renda federal (cadastro único X bolsa família) para ampliar e melhorar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.
03	Reestruturar e Capacitar o Conselho Municipal da Assistencial e as conferências e os fóruns de assistência social como espaços de democratização, negociação de consensos e de gestão compartilhada.
04	Apoiar as iniciativas dos Conselhos Municipais, da Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos do Idoso, da Habitação, da Mulher e os Comitês: Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional – Fome Zero
05	Realizar um Planejamento do Trabalho visando aprimorar os CRAS existentes por meio de capacitação continuada das equipes nas atividades socioeducativas tais como cultura do direito, prevenção de violações, participação popular e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças, adolescentes, jovens e idosos. Garantir adequado dimensionamento das equipes e equipamentos adequados, reformados e seguros.
06	Priorizar os beneficiários dos programas de transferência de renda, nas ações da Assistência Social (capacitação, empregabilidade, etc...) visando à emancipação destas famílias.

07	Realizar estudos técnicos visando implantar o Centro de Referência da Pessoa em Situação de Risco (CRPSR) ou mais um Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) em nosso município direcionado ao atendimento das famílias da Zona Rural.
08	Promover Campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais e federais de ensino básico, nas igrejas, clubes de serviços, objetivando a prevenção ao uso de drogas.
09	Definir equipe de referência para a prestação de serviços conforme de termina a NOB/RH/SUAS, preferencialmente com servidores concursados, valorizando e qualificando os trabalhadores que prestam serviços de caráter público e continuado.
B)	
10	Revisar o PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social , que deverá definir ações de curto, médio e longo prazo, por meio da participação cidadã, com atenção especial para as áreas de maior vulnerabilidade.
11	Regularizar a situação do município para que o mesmo possa aderir de forma plena ao Sistema Nacional de Habitação – SNH.
12	Traçar um Plano de Construção e Reformas de Casas Populares para família de baixa renda, que será submetido ao CMAS, com estabelecimento de metas de unidades habitacional através de recursos do governo federal, estadual e parcerias com a iniciativa privada e os próprios beneficiários.
13	Elaborar um Projeto de Reurbanização do Conj. Josenildo Amorim nas imediações da UFERSA/ Lixão para que possa assegurar as condições de moradia digna para as famílias beneficiárias.
C)	
14	Firmar parceria visando fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento do Conselho Tutelar e dos programas contra todas as formas de violência decorrentes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade em relação à criança e ao adolescente.
15	Priorizar ações que possibilitem ao município a conquista do SELO UNICEF , marco até então não alcançado por nenhuma gestão neste município.
16	Fortalecer o combate ao trabalho infantil .

17	Aderir ao Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente , para fomento e apoio a planos, programas e projetos municipais/regionais de atendimento protetor à criança e ao adolescente vítima de violência e ao adolescente em conflito com a lei, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.
18	Criar um Programa Piloto “Criança o Progresso do Bairro” visando privilegiar atividades socioeducativas em meio aberto para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com destaque para as ações voltadas à permanência e ao sucesso na escola.
19	Desenvolver Programa de Qualificação Profissional dos adolescentes na modalidade aprendiz (pós 14 anos).
D)	
20	Garantir a realização das conferências municipais de políticas para mulheres com a elaboração do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, em consonância com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres.
21	Apoiar a criação do Conselho Municipal da Mulher como fórum representativo, fiscalizador, propositivo de programas e políticas para mulheres.
22	Firmar convênio com o Governo Estadual visando a implantação da Delegacia da Mulher em nossa cidade.
23	Apoiar e realizar campanhas de combate à violência contra a mulher e os serviços de atendimento às vítimas.
24	Desenvolver ou ampliar programas e serviços que contribuam para a reestruturação da vida das mulheres que sofreram violência doméstica.
25	Implementar o Programa “Mulher Empreendedora” de estímulo ao empreendedorismo feminino que contemple a capacitação gerencial e a orientação financeira, em parceria com entidades afins (SEBRAE, outros) e com o governo federal, com atenção especial nas linhas de crédito produtivo existentes.
26	Administrar respeitando a diversidade humana no que se refere a gênero, cor, raça e etnia, contribuindo com ações afirmativa no combate a toda forma de discriminação.
E)	
27	Articular políticas da prefeitura na área da educação, saúde, assistência social cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos.
28	Oferecer apoio social, psicológico e jurídico aos idosos em situações de violação de direitos, como violência intrafamiliar, discriminação e situação de rua.
29	Implantar o Programa “Pontos de Encontro” , sobretudo nos bairros e comunidades com maior concentração de pessoas idosas.
30	Apoio para revitalização dos Grupos de Idosos na Cidade e nas Comunidades Rurais Polos
F)	

31	Identificar e estudar a implantação das políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal integrando a às políticas e programas locais para pessoas com deficiência, descentralizando a oferta dos serviços.
32	Estabelecer parcerias e convênios com entidades como forma de apoiar toda a Rede de Assistência do Município: APAE, Pastoral da Criança, Clube das Mães, Associações de Moradores, outras
33	Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos da municipalidade.
34	Apoiar a constituição do Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
35	Estimular a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho público e privadas.
36	Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas com deficiência.
G)	
37	Criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e realizar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
38	Discutir a implantação de um Programa Municipal Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional , articulando a política de segurança alimentar e nutricional com a política de inclusão social, a economia solidária e o desenvolvimento econômico.
39	Fazer gestão para conseguir em parceria com o Governo do Estado um Restaurante Popular , oferecendo comida balanceada e de qualidade a preços acessíveis a população carente e aos estudantes de baixa renda.
40	Celebrar convenio com o Sesi para promover cursos de capacitação para o processamento de alimentos a fim de profissionalizar e ser fonte geradora de renda para populações carentes.

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.4. CULTURA - “Com valorização e preservação da nossa história”

“Quem não respeita, valoriza e preserva a sua cultura está rasgando a sua história, negando a sua própria identidade”. Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	Manter e melhor estruturar a Secretaria Municipal de Cultura , como órgão gestor da Política Cultural do nosso município.
02	Reestruturar o Conselho Municipal de Cultura , instancia de orientação, discussão e deliberação da Política Cultural do município.
03	Elaborar a Política Municipal de Cultura e apoiar a realização da Conferencia Municipal como espaço legitimador desta política.
04	Criar a <u>Lei Municipal de Incentivo à Cultura</u> – “ A Lei Rai Brito ”, que possibilite assegurar recursos no Orçamento Público, e buscar parcerias com os governos federal e estadual através das leis de incentivo à cultura (Federal: <u>Lei Rouanet</u> , Estadual: <u>Lei Câmara Cascudo</u>) para o desenvolvimento de projetos e programas para conservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico e cultural da nossa Caraúbas.
05	Elaborar o Calendário Cultural do nosso município, que contemple dentre outro os seguintes eventos culturais: 1) Festa de Janeiro (com apresentação do Auto de São Sebastião); 2) Carnaval de Rua 3) Emancipação Política; 4) Semana Santa (com encenação da Paixão de Cristo); 5) São João de “Todo Mundo” 6) Festivais e Concursos (musicais, danças, teatrais); 7) Feira do Artesanato 8) SEMEA – Sem. do Meio Ambiente; 9) Desfile Cívico 10) COMPAZ – Congresso e Semana da Paz 11) Semana da Ciência (parceria UFERSA); 12) Semana da Reciclagem (parceria ACRESEA); 13) Dia das Crianças; 14) Festival de Cinema de Caraúbas; 15) Auto de Natal (Encenação), 16) Semana do Evangélico

06	<i>Criar o Programa Rede Cultural, destinado a cadastrar os produtores individuais (artistas, artesãos, outros) e grupos culturais (dança, teatro, bandas, outros), para contemplar com política de incentivo e subsidiar a permanência de grupos culturais de reconhecida importância para identidade cultural do município.</i>
B)	VALORIZAÇÃO CULTURAL
07	<i>Criar o Programa a “Cultura no Bairro/Cultura na Comunidade” – Para o desenvolvimento de ações culturais como: Ruas de lazer, gincanas, campeonatos esportivos, exposições, oficinas de artes, apresentação teatral, cantorias, danças regionais e outras manifestações</i>
08	<i>Promover Exposição do acervo de obras de artes da Prefeitura e de artistas locais em mostras fixas e itinerantes nos diversos equipamentos públicos.</i>
09	<i>Apoio em parceria com o Governo do Estado ao funcionamento da Casa da Cultura Popular “Manoel do Violão” - Revitalizado o espaço poderá abrigar projetos de aulas de música, teatro, dança, pintura, artesanato, poesia, fotografia e como espaço para organização do Museu Municipal.</i>
10	<i>Criação de Companhias de Dança e Teatro para os alunos de famílias carentes de nossa cidade.</i>
11	<i>Criação da Escola de Música de Caraúbas – Para formação de músicos instrumentais e de Canto (formação de um Coral) com espaço para funcionamento das Bandas de Música.</i>
12	<i>Apoiar a reestruturação do Grupo de Capoeira e outros de Caraúbas.</i>
13	<i>Apoiar as Bandas Filarmônica de Caraúbas, que desenvolve um trabalho de formação de músicos, com jovens e crianças, importante para nossa cidade.</i>
14	<i>Apoiar as Quadrilhas Estilizadas do município, que incluem em suas atividades jovens e crianças de nossa cidade.</i>
15	<i>Valorização dos Artistas Locais - Apoiar, incentivar a participação dos artistas locais nos grandes eventos culturais da nossa Cidade dando visibilidade e reconhecimento ao trabalho dos artistas.</i>
16	<i>Desenvolver gestão no sentido de conseguir recursos da União e da iniciativa privada para construção de um Teatro Municipal.</i>
17	<i>Adaptar as atividades e os espaços de entretenimento cultural e social a realidade dos portadores de necessidades especiais.</i>
C)	PRESERVAÇÃO CULTURAL (Patrimônio Histórico)
18	<i>Elaborar e submeter aprovação a Lei Municipal de Tombamento de Prédios de Memória Histórica e Preservação do Patrimônio Cultural</i>

19	<i>Criar o Projeto “Corredor Cultural” que consistirá em mapear os pontos de cultura (Ruas, Prédios Antigos, Sítios Arqueológicos, etc...) que são considerados patrimônio histórico do município e protege-lo legalmente por lei em forma de tombamento, preservando-o, evitando a sua delapidação, destruição.</i>
20	<i>Promover o Apoio e incentivo a Organização e Legalização do MUSEU MUNICIPAL “CARAÚBAS CENTENÁRIA”</i>
21	<i>Fazer um estudo para identificação, mapeamento e um trabalho de preservação e divulgação dos Sítios Arqueológicos existentes em nosso município.</i>
22	<i>Construção da Praça São Sebastião, em comemoração aos 160 anos de existência da Paróquia de Caraúbas, que será em 2018.</i>
23	<i>Destinação ou Construção de Estrutura física - adequada para a Biblioteca Pública Municipal – Readequação do espaço físico e desenvolver <u>Projetos de leitura</u>, em parceria com as escolas do município.</i>



A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:

1.5. ESPORTE E LAZER- “Com espírito de cidadania e qualidade de vida”



“A prática do esporte associada ao lazer é um poderoso instrumento para impulsionar a cidadania e a qualidade de vida, em especial para juventude”. Jr. Alves e Paulo Brasil.

PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	<i>Criar a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – com a finalidade de traçar políticas direcionadas a este segmento social</i>
02	<i>Incentivar e apoiar a organização da Liga Desportiva Caraubense como forma de valorizar todas as dimensões do esporte.</i>
03	<i>Firmar parcerias com organizações e clubes esportivos visando fortalecer as práticas esportivas na rede de escolas municipais para a descoberta de talentos para o esporte competitivo começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação do esporte em larga escala e em diferentes modalidades.</i>
04	<i>Apoiar a realização da Conferência Municipal do Esporte</i>

05	<i>Promover a semana da juventude, com apresentações culturais, seminários, e manifestações, representando as diversas identidades de juventudes, e fazendo com que o jovem Caraubense tenha a oportunidade de mostrar trabalhos, projetos, iniciativas gerais de atuação e protagonismo juvenil.</i>
B)	PROJETOS ESPORTIVOS
06	<i>Firmar parceria com os Governos Estaduais e Federal para a implantação do Projeto Segundo Tempo com uma meta de crianças a serem atendidas e selecionadas nas escolas municipais para desenvolverem práticas de atividades esportivas no contra turno escolar, numa perspectiva de ampliação a partir do segundo anos do projeto (este projeto contempla a proposta apresentada nas rodas de conversa denominada Escola Aberta)</i>
07	<i>Implantar o Projeto Cidade Desportiva, em três frentes de atuação:</i> <i>a) Promovendo a formação da comunidade através de oficinas e aulas das diferentes manifestações culturais e esportivas proporcionando lazer nos bairros, por meio de estrutura móvel (ônibus adaptados), levando divertimento a todas as regiões da cidade (praças), em especial aos bairros e comunidades mais carentes;</i> <i>b) Construindo pistas para caminhada, áreas para atividades corporais ao ar livre (academias populares) e, além construção e melhorias de quadras e campos esportivos.</i> <i>c) Desenvolvendo políticas de esportes integradas a outras áreas como: Projeto Vida Ativa associada a terceira idade, à criança e adolescente, às pessoas portadoras de necessidade especiais e às pessoas que participam de programas de saúde como: hipertensos, diabéticos e outros.</i>
08	<i>Resgatar o maior evento de futebol da cidade, como a Copa Caraubense de Futebol Amador, numa perspectiva de elevar o nosso esporte as categorias profissionais.</i>
09	<i>Elaborar Projeto e buscar captar recursos para a construção de um Complexo de Lazer e Negócios nas margens da Lagoa do Apanha-Peixe aproveitando a potencialidade natural para o turismo e a pesca artesanal</i>
10	<i>Construir Quadras de Esportes nas Comunidades que necessitam destes equipamentos, priorizando a PA Petrolina, 1º de Maio, Língua de Vaca além de reformar e cuidar da manutenção dos espaços de esportivos já existentes, priorizando a Quadra de Esporte da Comunidade de Santo Antônio e inclui-los nos programas sociais da localidade ao qual este pertence.</i>
C)	AÇÕES DE INCENTIVO AO LAZER
11	<i>Criar praças funcionais - Tornar as praças da cidade aptas a receberem programas sociais como: esporte na praça, lazer e educação.</i> <i>1. Estabelecer programas sociais para as praças, como ginástica para a 3ª. idade, esporte para a população e eventos para promoção da saúde no bairro.</i>

	<i>a. Educar as pessoas a cuidarem das praças</i> <i>b. Estabelecer parcerias com as lideranças comunitárias como agentes responsáveis pela conservação e bom uso das praças.</i>
12	Construção de uma CICLOVIA entre a área urbana da nossa cidade e o Campus da UFERSA
13	Elaborar projeto para Construção de um Mirante no Alto Bela Vista próximo a Escola Municipal Leonia Gurgel, como espaço para o turismo em nossa cidade.

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.6. SEGURANÇA - “Com harmonia e direito a paz e ao bem-estar”

“A segurança contribui para a paz, a liberdade o bem-estar que cada cidadão precisa, é a saúde social de uma cidade, quando esta deixa de existir, a cidade está ferida, está doente”. Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	Buscar a criação de Departamento Municipal de Segurança, Defesa Social e Cidadania – responsável por traçar uma política municipal para a segurança pública em nosso município.
02	Constituir o Conselho Municipal de Segurança Pública composto com representação governamental, OAB, Ministério Público, Magistratura, Policiais, Entidades e Líderes Comunitários.
03	Apoiar a realização da Conferência Municipal de Segurança Pública , como órgão consultivo e deliberativo da política municipal deste setor.
04	Elaborar com a participação de técnicos e representantes de entidades a Política Municipal de Segurança Pública com ênfase em ações preventiva e educativa numa perspectiva combate ao uso de entorpecentes, a ser

	<i>desenvolvida de forma integrada com as políticas de educação, saúde, assistência e de esporte no âmbito do governo municipal.</i>
05	<i>Instituir o Projeto PAS COMUNITÁRIA – Pelotão de Apoio a Segurança Comunitária - Com agrupamento formados por pessoas concursadas e treinadas denominados de AGENTES COMUNITÁRIOS DA PAS para atuarem nas bases comunitárias, desenvolvendo um trabalho na filosofia de Polícia Cidadã. O projeto será iniciado com uma experiência piloto em um dos bairros da nossa cidade, com posterior ampliação para as demais regiões da nossa cidade e comunidade rurais, em parceria com os governos estadual e federal.</i>
06	<i>Manter relações institucionais de Acompanhamento do Sistema Prisional da Cidade</i>
07	<i>Firmar parcerias para realização de Mutirões Jurídicos Conciliadores com a participação da OAB.</i>
B)	AÇÕES DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
08	<i>Realização de Concurso para a composição do agrupamento do Pelotão do Projeto PAS Comunitária e da Guarda Municipal</i>
09	<i>Realização de Cursos de formação e Aprimoramento para os agrupamentos do PAS e da Guarda Municipal.</i>
C)	AÇÕES ESTRUTURANTES
10	<i>Construir os Pontos de Apoio dos PAS - Pelotão de Apoio a Segurança Comunitária nos Bairros e Comunidade Polos, que funcionarão integrados as Polícias Militar Civil e Conselho Tutelar auxiliando no trabalho comunitário de segurança focado no trabalho educativo e preventivo.</i>
11	<i>Implantar o Sistema de Monitoramento de Câmaras de Vigilância e Central de Controle em pontos estratégicos da cidade, para auxiliarem no trabalho de segurança preventiva e ostensiva.</i>
12	<i>Elaborar e implantar em parceria com os órgãos de trânsito um Projeto de Municipalização e Aparelhamento do Trânsito em nossa cidade (Monitoramento, fiscalização, sinalização...)</i>
13	<i>Equipar a Guarda Municipal e o PAS para realização do trabalho preventivo e ostensivo.</i>

2. TEMÁTICA: ÀREA ECONÔMICA

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“Com equilíbrio e sustentabilidade”



“Defendemos um desenvolvimento econômico com equilíbrio e sustentabilidade, que não agrida ao meu ambiente, gerando apenas crescimento sem o real desenvolvimento” Jr. Alves e Paulo Brasil

PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	Criar o Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico – como órgão gestor para implementar as políticas deste setor no município.
02	Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico para junto com este discutir a formulação de Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico
03	Apoiar e discutir a elaboração de Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico
04	Apoiar aos micros empreendedores , através de atividades educacionais, utilizando em convênio com as Universidades, SEBRAE e Governo do Estado utilizando os já disponibilizados;
05	Lutar em parceria com a UFERSA junto a Bancada federal para conseguir a implantação do Parque Tecnológico em nosso Campus.
B)	AÇÕES ESTRATÉGICAS
06	Implantar uma política de incentivo fiscal para atrair empresas para geração de emprego e renda, fortalecendo nossa economia.
07	Elaborar um Plano de Marketing (Merchandising) ¹ para vender o potencial estratégico de localização geográfica e potencialidades econômicas para transformarmos em “Polo Comercial e Industrial” da nossa região (Cidades

	<i>de feiras de negócios e eventos culturais) e construir uma nova imagem e conceito social e econômico para a nossa cidade.</i>
08	<i>Financiar um Estudo sobre os potenciais produtivos, criativos e econômicos do município para com base nesse estudo planejar as ações de captação de investimentos e fomento de projetos.</i>
09	<i>Estimular a organização de Redes de Empreendimentos Econômicos Solidários e Incentivar a organização de Cooperativas de Produção nas áreas de - reciclagem de resíduos sólidos, produção de artesanato da palha de carnaúbas, têxtil, entre outras, como forma de geração de emprego e renda no campo e na cidade.</i>
10	<i>Promover a Feira da Agricultura Familiar – visando a divulgação e comercialização em maior escala da produção rural.</i>
11	<i>Estimular a criação de Polos de Empreendimentos da Economia Criativa - propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, software de lazer, artes performáticas, edição, jogos de computador, serviços de televisão e rádio - no centro e nos bairros, visando estimular a geração de empregos e novas oportunidades aos jovens talentos Caraubenses.</i>
12	<i>Estabelecer parcerias com os sindicatos empresariais e de trabalhadores, sistema S (SENAI, SESI, SENAC e SESC), entidades educacionais e governo federal com o intuito de qualificar e requalificar os trabalhadores, especialmente nas novas profissões e tecnologias do futuro.</i>
13	<i>Ampliar as compras governamentais das micro e pequenas em até 25% do volume de compras da prefeitura visando estimular a economia local e a geração de empregos.</i>
14	<i>Planejar políticas públicas para a Capacitação e empregabilidade da juventude</i>
15	<i>Participar a partir do segundo ano de gestão do Prêmio SEBRAE – Prefeito Empreendedor”.com a inscrição de Projetos no âmbito de Inovação da Gestão e do Empreendedorismo.</i>
16	<i>Apoio a Reativação da Feira Livre do Mercado Público do São Geraldo e Mirandas, fazendo também o reaproveitamento dos espaços para instalação de uma base de apoio administrativo do governo municipal para a região.</i>
C)	AÇÕES ESTRUTURANTES
17	<i>Remodelação (reforma com modernização) do Mercado Público Central – contudo preservando sua arquitetura externa.</i>

18	<i>Elaborar um projeto de captação de recursos público e privado para Construção de um Centro de Comercialização e Exposições - espaço público que estimule atividade de empreendedoras (feiras, camelódromos), de modo que este complexo se torne centro de convivência da população gerando maior dinamismo para a economia local;</i>
----	---

¹**Merchandising** uma ferramenta de Marketing formada pelo conjunto de técnicas responsáveis pela informação e apresentação destacada dos produtos no ponto de venda, de maneira tal que acelere sua rotatividade.

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.1. POLÍTICA URBANA

“Com acessibilidade e mobilidade garantida”

“Queremos implementar uma política que facilite e melhore a vida dos Caraubense tornando mais acessível e segura a nossa mobilidade urbana” Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	<i>Ampliar a Secretaria de Obras e Urbanismo, transformando em Secretaria Municipal de Política Urbana, Mobilidade e Transportes Públicos.</i>
02	<i>Reestruturar e apoiar o funcionamento do “Conselho Municipal da Cidade” órgão consultivo e deliberativo da política urbana no município.</i>
03	<i>Constituir uma Comissão Técnica para estudo e Elaboração do “Plano Diretor de nossa Cidade” – obrigatório por lei para os municípios partir de 20 mil habitantes</i>
04	<i>Apoiar a realização da “Conferencia das Cidades”, para debater questões relativas a política urbana em nosso município.</i>
05	<i>Instituir a Lei Municipal de Acessibilidade em consonância com a Lei Federal nº 10.090 de 19 de Dezembro de 2000.</i>

B)	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE LIMPEZA URBANA
06	<i>Implantar o Serviço de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Resíduos, iniciando como projeto piloto na Zona Urbana.</i>
07	<i>Realizar a Limpeza Urbana com regularidade em todos os bairros da Cidade e nas Comunidades Polos com maior densidade populacional.</i>
C)	PLANO DE OBRAS ESTRUTURANTES
08	<i>Buscar parceria junto ao governo estadual, federal e iniciativa privada para realizar uma ampla reforma do nosso Campo de Pouso (Aeroporto)</i>
09	<i>Buscar firmar convênio com o Governo do Estado para a Conclusão da Praça de Eventos (Palco e outros equipamentos desta).</i>
10	<i>Elaborar projeto e captar recursos para urbanização e iluminação do trecho da RN 233 que liga o perímetro urbano ao Campus da UFERSA.</i>
11	<i>Construção de um novo Cemitério Público no perímetro urbano da nossa cidade</i>
12	<i>Construção da Praça da Bíblia – em frente à Escola Antônio Carlos</i>
13	<i>Elaboração de projeto para captação de recurso para construção e urbanização de uma via de acesso interligando os Bairros Alto S. Severino e Adjacentes pela parede do Açude Grande (antiga linha férrea) ao Bairro Leandro Bezerra e Centro.</i>
14	<i>Reforma e Manutenção do Pórtico da entrada da Cidade.</i>
15	<i>Construção das Passagens Molhadas no Bairro Sebastião Maltês precisamente nos cruzamentos das Rua Lino Guerra e da Av. Ismael Siqueira interligando ao Bairro Leandro Bezerra.</i>
16	<i>Recuperação do Açougue Público</i>
17	<i>Construção do Abatedouro Público</i>
18	<i>Construção de Praças Públicas – na Av. Benjamim Constant, no Conj. Aroldo Maia interligando o Bairro Aeroporto e nas Comunidade Rurais de Cachoeira, Mariana e São Geraldo.</i>
19	<i>Cobrir o canal da Rua Major Cesário, urbanizá-lo e fazer o aproveitamento da área para instalar no local o Corredor Comercial para realização da Feira Livre.</i>

20	Construção de Abrigo de Passageiros e Estudantes na Zona Rural , priorizando os PA 09 de Outubro e 08 de Março, para os Moto taxistas e UFERSA.
21	Realizar a extinção do Lixão e a Construção do Aterro Sanitário.
D)	MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA
D1	TRANSITO
22	Buscar parceria com os órgãos de transito para elaboração de projeto e implantação da sinalização do transito (horizontal e vertical) das nossas ruas e avenidas de maior circulação.
23	Construção de Quebra-molas e lombadas sustentáveis – Ver parceria com estudantes e técnicos da UFERSA
D2	ACESSIBILIDADE
24	Adequar todos os espaços públicos com acesso aos portadores de necessidades especiais (prédios, ruas, praças e avenidas).
25	Dotar o sistema de Iluminação Pública de nossa cidade com lâmpadas de “LED” – para obtenção de economia e contribuição com a sustentabilidade ambiental.
26	Manter um Programa Permanente de Instalação e reposição de novas luminárias nas ruas e comunidades rurais para dar melhores condições de acessibilidade e segurança noturna.
27	Pavimentação por meio de asfalto e calçamento de diversos logradouros da cidade, priorizando os conjuntos habitacionais e comunidades polos.
	TRANSPORTES E MÁQUINAS
28	Manter uma Coordenação de Transportes para realizar o controle, necessidade de ampliação, renovação e manutenção da frota dos Veículos do município
29	Fazer um Cronograma de Utilização das máquinas do PAC , conforme determina as normas do governo federal.

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:



1.1. POLÍTICA DO CAMPO

“Com parceria e assistência técnica”

“Sem o apoio ao campo a cidade não se sustenta ” Jr. Alves e Paulo Brasil



PROPOSTA	DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS
A)	
01	<i>Estruturar a Secretaria Municipal de Políticas do Campo com pessoal qualificado para prestar um bom atendimento, assistência e orientação ao homem do campo.</i>
02	<i>Apoiar o CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável</i>
03	<i>Instituir um Fundo Comunitário de Desenvolvimento Rural – fomentado com recursos próprios e dos Royalties de Produção Mineral e Vegetal (Petróleo, calcário, etc....) como política compensatória aos possíveis danos causados ao meio ambiente</i>
04	<i>Firmar parcerias com Instituições Públicas como Emater, IDIARN, IBAMA, Universidades, Outras, para diversas ações na zona rural.</i>
B)	AÇÕES ESTRATÉGICAS
05	<i>Fazer aquisição de uma máquina perfuratriz de poços tubulares</i>
06	<i>Realização da Feira Anual da Agricultura Familiar e da Bovino e Caprino-ovinocultura</i>
07	<i>Implantar e estruturar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM (Lei Municipal, Selo Municipal da produção local)</i>
08	<i>Implantação de um Programa Anual com Subsidiado para o Corte de Terra e de Incentivo à constituição de Bancos de Sementes.</i>
09	<i>Colocação de Placas de Identificação das Comunidade Rurais as margens das RNs que cortam o município.</i>

C)	PLANO DE OBRAS ESTRUTURANTES
10	<i>Elaborar um Plano de Apoio a realização de Obras de Convivência com a Seca, contemplando prioritariamente a construção e recuperação de pequenos açudes, barreiros, barragens, perfuração de poços tubulares e amazonas, conforme áreas mais demandadas.</i>
11	Construção de 03 Adutoras , contemplando em 02 Regiões do Município: 1. Região da Várzea ✓ Adutora da Mariana para atender mais de 300 famílias de toda a região (do Pacó ao PA Sta. Agostinha) ✓ Adutora das Marrecas – Projeto já iniciado e paralisado. 2. Região das Miranda ✓ Adutora da Ilharga - Projeto em fase de elaboração, porém sem definição.
12	<i>Elaborar um Projeto e desenvolver gestão para realização da Perenização do Rio Umarí, favorecendo a criação de um Polo de Produção Irrigado (Perímetro Irrigado)</i>
13	<i>Programa Permanente de Recuperação das Estradas Vicinais do município.</i>
14	<i>Elaborar um Projeto para encaminhamento o DNOCS para desassoreamento, recuperação e conservação de parede dos Açudes Públicos de: Santo Antônio e Apanha-Peixe</i>
15	<i>Lutar junto a Bancada Federal para alocação de Recursos para Construção do Açude Público da Carnaubinha – Já existe projeto elaborado no DNOCS.</i>

2. TEMÁTICA: ÀREA AMBIENTAL

A NOVA CARAÚBAS PROPÕE:

2.1. GESTÃO AMBIENTAL

“Com harmonia entre o Campo e a Cidade”



“Da Sustentabilidade do nosso planeta, depende nossas vidas, que depende do que fazemos em nossa casa, em nossa cidade, em nosso município, todos somos responsáveis” Jr. Alves e Paulo Brasil

PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA
	FORTALECIMENTO DA POLÍTICA AMBIENTAL
01	Instituir o Departamento Municipal de Política Ambiental que após estudo de sua viabilidade técnica e operacional será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde ou de Educação.
02	Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente
03	Nomear uma Comissão de Técnicos para elaborar uma Proposta de Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental
04	Apoiar a Realização da Conferencia Municipal de Meio Ambiente
05	<i>Implantar uma política eficiente para a questão dos resíduos sólidos e a construção de aterros sanitários e o incentivo a cooperativas de reciclarem do lixo.</i>
06	<i>Discutir no âmbito do Conselho Municipal de Educação a inserção obrigatória de que temas transversais sejam parte nos currículos escolares como: Meio ambiente. Civismo. Proteção à criança, adolescentes e idosos. Educação em saúde. Segurança no trânsito.</i>
07	<i>Garantir a realização da SEMEA – Semana Municipal do Meio Ambiente e outros grandes eventos na cidade que marquem datas comemorativas relativas à defesa do meio ambiente e da vida como um todo</i>
	AÇÕES ESTRUTURANTES

08	<i>Implantar Usina de Compostagem de Lixo Orgânico para fornecimento de adubo aos agricultores familiares.</i>
09	<i>Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico em atendimento a legislação federal.</i>
10	<i>Criar o Programa CIDADE VERDE – com o objetivo de aumentar a quantidade de áreas arborizadas contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e a redução de doenças decorrentes da má qualidade do ar e do aquecimento (altas temperaturas).</i>
11	<i>Implantar o HORTO FLORESTAL – para a produção de mudas a ser distribuídas e comercializadas meio a população.</i>

VIII. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Com a certeza de que oportunizamos ao povo Caraubense nestes 90 (noventa) dias que marcaram a fase da nossa PRÉ-CAMPANHA o melhor do exercício da cidadania, qual seja, - *“o livre direito de opinar na construção dos destinos da vida pública do nosso município”*, é com essa mesma certeza, de que EU e PAULO, assim que eleitos democraticamente por esse mesmo povo, iremos dar o que melhor de cada um nós na condição de gestores, para cumprir, a depender do nosso desejo e do nosso empenho a realização deste PLANO DE GOVERNO que participativamente elaboramos, iremos registrar oficialmente e estamos apresentando a sociedade Caraubense.

Somos conscientes de que o nosso povo não suporta mais vans promessas, não tolera mais um discurso sem prática, nem os gestores se comportarem como se tivessem recebidos um *cheque em branco* dado pelo eleitor que lhes permita administrar como bem entender, sem transparência, sem se preocupar em prestar contas à população. Nem tão pouco administradores de faz de conta, que não tenha autonomia, coragem para enfrentar os desafios que lhes são confiados.

Por estas razões, formulamos nosso PLANO DE GOVERNO da forma mais democrática e transparente possível, dando um sinal de como também pretendemos executá-los. Temos a convicção de que administrando escutando e prestando contas a população, não decepcionaremos aqueles que sonham e desejam o melhor para nossa Caraúbas. Acreditamos na tese de que *“quem caminha ao lado do povo, não se perderá nos caminhos do futuro”* (A.D). De direito é o que propomos, de fato é o que pretendemos, e nos comprometemos em fazer na busca incessante de construirmos uma vida melhor para os Caraubenses, com oportunidades e realizações na construção de uma **NOVA CARAÚBAS**.

Esse é o nosso Compromisso.

Fraternalmente;

Junior Alves & Paulo Brasil

IX. ANEXO

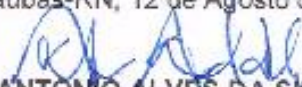


COLIGAÇÃO – POR UMA NOVA CARAÚBAS **PSD – DEM – PP – PTN – PDT – PC do B – PMB- PSC – PTC- PSDB – SDD** **PLANO DE GOVERNO – ELEIÇÕES 2016** **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - RN**

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO, eu **ANTONIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, na condição de candidato a **PREFEITO MUNICIPAL** e **PAULO DE PAIVA BRASIL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município na condição de candidato a **VICE-PREFEITO**, pela Coligação – **POR UMA NOVA CARAÚBAS**, nas Eleições 2016, **ASSUMIMOS** de público **O COMPROMISSO** de observar, respeitar e utilizar as propostas contidas neste **PLANO DE GOVERNO**, como subsídio legítimo na elaboração dos instrumentos legais da nossa gestão à frente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS**, a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

Caraúbas-RN, 12 de Agosto de 2016.


ANTONIO ALVES DA SILVA
Candidato a Prefeito


PAULO DE PAIVA BRASIL
Candidato a Vice-Prefeito

